

MULHERES EM BUSCA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA TERRITORIAL NA MATA SUL DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL*

GT11: Movimentos Sociais, participação cidadã e políticas públicas

Resumo

A luta histórica da mulher em busca de seus direitos é uma pauta que está em discussão muito antes de se identificar o feminismo como movimento legítimo. Podemos citar a não identificação da mulher como produtora rural como situação que reflete a desigualdade da distribuição dos benefícios trazidos pelas políticas públicas. As mulheres constituem maioria em termos percentuais, entretanto pode ser observado que o poder de decisão se encontra majoritariamente nas mãos dos homens. Esse cenário e outros que ilustram a necessidade de inserção das mulheres nos espaços de representação estão presentes dentro do território da Zona da Mata Sul. Esse território se localiza na porção leste do estado da Paraíba é um território que abarca a capital do estado estando dentre os territórios de maior importância econômica e diversidade humana, é composto por 13 municípios. Buscou-se nesse trabalho identificar se as mulheres da Zona da Mata Sul, organizadas em associações, comitês e conselhos municipais dentre outros coletivos que integram o Território da Cidadania, conhecem seus direitos às Políticas públicas e em que nível essas políticas estão sendo acessadas. Para se chegar aos resultados foi utilizada a pesquisa participante, a partir de observação, visitas, entrevistas e ações formativas. Com a realização do trabalho identificou-se 17 grupos de mulheres, entre os quais existem grupos formais e informais. Foi verificada que a participação de mulheres na direção das associações ainda é muito insignificante e, que mesmo existindo mulheres nas coordenações de conselhos municipais e outras instâncias territoriais ainda se precisa trabalhar a ampliação desses números. O acesso às políticas públicas tem ocorrido ao longo do território com destaque ao PAA (Conab e estadual), crédito e infraestrutura. Ao final da investigação conclui-se que algumas mulheres do território pesquisado estão acessando as políticas públicas e que alguns grupos têm recebido formação e estão cientes dos seus direitos, entretanto esses grupos ainda são a minoria absoluta.

*Trabalho orientado pela Professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras chaves: Participação, acesso a políticas públicas, autonomia.

Introdução

A desigualdade de gênero está em discussão muito antes de se descobrir o termo feminismo. Araújo (2005) analisa o termo “gênero”, do ponto de vista da sua acepção gramatical, sendo um termo que designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou seres sexuados, mas, ainda relaciona a forma de utilização pela literatura feminista, onde o termo adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situando-a na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino.

É histórica a luta da mulher por direitos, reconhecimento e visibilidade de trabalho, enquanto protagonista e atinge todas as camadas da sociedade brasileira. Historicamente a luta tem se dado em diversos setores da sociedade, desde o âmbito doméstico até o político. O espaço das mulheres dentro da sociedade vem sendo ampliado com o passar do tempo, mas muito ainda se tem que caminhar até o ponto de equidade desejado. Um dos ambientes em que as mulheres muito têm buscado reconhecimento é no setor agrícola, onde do ponto de vista histórico a mulher sempre esteve rotulada como figura coadjuvante dentro do processo de produção e gestão dos espaços rurais.

Um exemplo atual da situação das mulheres do campo é a não identificação da mulher como produtora rural o que reflete a desigualdade da distribuição dos benefícios trazidos pelas políticas públicas. O trabalho da mulher dentro da Agricultura Familiar, embora muitas vezes seja denominado ajuda, é muito consistente, entretanto o acesso às políticas públicas fica em sua maioria para o homem, tendo em vista que a (Declaração de Aptidão ao Pronaf) - DAP é familiar e o titular geralmente é o homem. Isso pode ser comprovado através do acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Esse fato é registrado com frequência nas narrativas das mulheres e dos movimentos feministas.

Esse fato ainda é recorrente dentro do território da Zona da Mata Sul, um espaço político, social, cultural, ambiental e geográfico que congrega 13 municípios do estado da Paraíba: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Caldas Brandão, Conde, Itabaiana, João Pessoa, Juripiranga, Pedras de Fogo, Pilar, Pitimbu, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu. Denominado Território da Cidadania proposto a partir de uma política pública do Governo Federal a partir de 2003. Mesmo nesse espaço onde se discute mecanismo e estratégias para um

desenvolvimento territorial sustentável dos empreendimentos agrícolas, alguns critérios de acesso às políticas públicas ainda são excludentes e isso se configura em um problema enfrentado cotidianamente pelas mulheres.

Em outras palavras, no Território da Cidadania da Zona da Mata Sul- TCZMS as mulheres não conseguiram dar visibilidade ao seu papel como gostariam e como merecem. Não falamos da ausência das mulheres no processo organizativo, mas da sua invisibilidade, resultante de estratégias de poder advindas de uma sociedade patriarcal que se reproduz arditosamente, sob os olhares femininos calando-as muitas vezes em situações impensáveis. Esse silêncio ou esse empoderamento insuficiente, que retarda o processo organizativo feminino resulta de uma mentalidade autoritária e patriarcal que marca a história do Brasil e que excluíram por longo tempo às mulheres até mesmo do direito ao voto, essa mentalidade influi na própria condução das políticas públicas implementadas, como revelam os critérios adotados.

As mulheres rurais do TCZMS constituem maioria em termos percentuais, entretanto pode ser observado que o poder de decisão se encontra majoritariamente nas mãos dos homens. A participação da mulher na direção das associações ainda é muito insignificante e, quando são disponibilizados trabalhos para as produtoras, geralmente se limitam ao dito trabalho feminino algo que não ganha lugar nas estatísticas. Portanto consideramos coerente afirmar que parte considerável do trabalho feminino é invisível, mesmo quando as mulheres executam igualmente as mesmas atividades que os homens.

Podemos afirmar que as mulheres da zona rural têm participação, como beneficiárias nas políticas públicas, pois esses benefícios são condicionados a cotas como condição de aplicação. Entretanto a sua maioria sequer conhece os direitos que lhes são garantidos por Lei, e que tem avançado nos últimos anos, embora ainda sejam insuficientes para que as políticas disponíveis alcancem o público alvo, nesse caso a mulher do campo.

O acesso ao conhecimento dos direitos igualitários em todas as camadas da sociedade paraibana vem tendo um crescimento significativo ao longo do tempo, entretanto as agricultoras continuam à margem desses avanços. Dessa maneira investigar e discorrer sobre o reflexo do acesso das agricultoras às políticas públicas e de que forma o conhecimento de seus direitos tem influenciado no nível desse acesso torna-se interessante. Os direitos humanos das agricultoras paraibanas e principalmente as da Zona da Mata Sul, onde ainda impera o machismo e patriarcalismo, não são reconhecidos. Nesse ambiente onde a mulher não tem sua liderança reconhecida e seu trabalho funciona como “ajuda” ao denominado provedor da família, neste caso o homem, é latente a necessidade de se evidenciar a atual situação do processo de

empoderamento dessas. As desigualdades sociais de gênero são impressas nas variadas injustiças contra a mulher e se acentua na divisão sexual e social do trabalho. Acreditamos que o desenvolvimento de grupos de pesquisa sobre relações de gênero nas universidades e a visibilidade que essas pesquisas podem trazer à contribuição fundamental das mulheres nos espaços público e privado contribuirão com o enfrentamento à negação dos direitos fundamentais da mulher.

O acesso ao conhecimento dos direitos igualitários em todas as camadas da sociedade paraibana vem tendo um crescimento significativo ao longo do tempo, entretanto as agricultoras continuam à margem desses avanços. Dessa maneira investigar e discorrer sobre o reflexo do acesso das agricultoras às políticas públicas e de que forma o conhecimento de seus direitos tem influído no nível desse acesso torna-se interessante. Os direitos fundamentais das agricultoras paraibanas e principalmente as da Zona da Mata Sul, onde ainda impera o machismo e patriarcalismo, não são reconhecidos. Nesse ambiente onde a mulher não tem sua liderança reconhecida e seu trabalho funciona como “ajuda” ao denominado provedor da família, neste caso o homem, é latente a necessidade de se evidenciar a atual situação do processo de empoderamento dessas.

As desigualdades sociais de gênero são impressas nas variadas injustiças contra a mulher e se acentua na divisão sexual e social do trabalho. Acreditamos que o desenvolvimento de grupos de pesquisa sobre relações de gênero nas universidades e a visibilidade que essas pesquisas podem trazer à contribuição fundamental das mulheres nos espaços público e privado contribuirão com o enfrentamento à negação dos direitos fundamentais da mulher.

Nos últimos anos os direitos alcançados pelas mulheres têm sido bastante relevantes. Os movimentos sociais têm cobrado políticas públicas para as camponesas. As mulheres da TCZMS estão acessando as políticas públicas que se destinam à Agricultura Familiar através das associações cooperativas e grupos organizados? Se não conseguem quais são os impedimentos? As mulheres se reconhecem como protagonistas do processo organizativo? As mulheres conhecem os direitos adquiridos e as políticas públicas disponíveis?

Diante desses questionamentos, realizar um estudo que permita analisar a situação das políticas públicas desenvolvidas no Território da Zona da Mata Sul e seu reflexo e alcance dentro da dinâmica das mulheres agricultoras do território se torna necessário.

Esse estudo objetivou investigar se as mulheres da Zona da Mata Sul, organizadas em associações, comitês e conselhos municipais dentre outros coletivos que integram o Território da Cidadania, conhecem seus direitos às políticas públicas e em que nível essas políticas estão sendo acessadas.

O feminismo

O Feminismo já definido de diversas maneiras desde os mais remotos estudos, consideramos que é uma ação política que busca garantir a participação igualitária de homens e mulheres. Segundo ALVES (1983, p. 74) “O feminismo se constrói a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a história da mulher e se coloca em um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação”.

A resistência das mulheres e sua luta histórica por direitos tem sido motivada pelos resultados de conquistas alcançadas graças à perspectiva de uma sociedade menos injusta e mais igualitária. Onde todos compartilhem dos mesmos direitos civis. E que não haja discriminação pela composição biológica da mulher.

Para FARIA e NOBRE, (1997) o feminismo é um conjunto de ideias e práticas, cujo objetivo é superar desigualdades entre homens e mulheres a curto prazo diminuir e a longo acabar com as situações de opressão e exclusão das mulheres. O lado prático do feminismo é um empate político e social é não uma luta entre os de gêneros, o movimento feminista busca em primeiro lugar uma sociedade onde homens e mulheres convivam harmonicamente.

A reivindicação feminista por justiça social e liberdade faz parte da construção do atual quadro social vivenciado no Brasil e no mundo. As mulheres têm assumido um papel fundamental nas lutas travadas pelos direitos fundamentais da pessoa humana e destaca-se pela capilaridade nas mais diversas esferas se diz respeito a multiplicidade e organização.

O movimento feminista vem travando uma luta no sentido de denunciar o “masculino” e “feminino” na sua posição de “superior” e “inferior”. Essa hierarquização entre o masculino- “superior” e o feminino- “inferior- é uma construção ideológica e não o reflexo da diferenciação biológica. Essa diferenciação não implica em desigualdade. (ALVES e PITANGUY 1983, p. 63)

A luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista foram e são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas secularmente pelas mulheres.

Esse processo de “inferiorização” que toma como referência teorias biológicas implica disputas desiguais de poder, revelando o caráter hierarquização entre gêneros.

As políticas públicas para agricultoras

Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (LOPES et al, 2008). Como políticas públicas para mulheres podemos destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que tem como objetivo:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país. (PNPM, 2013-2015 p.14)

A invisibilidade da mulher de acordo com Brumer (2004), quando esta afirma que parte considerável do trabalho feminino é invisível, mesmo quando elas executam igualmente as mesmas atividades que os homens. Muitas vezes desenvolvendo trabalhos de destaque, mas que posteriormente são apagados pela força patriarcal que impera principalmente no meio rural.

De acordo com Butto et al (2011, p.15) o Brasil aderiu ao modelo da maior parte dos países que buscaram institucionalizar políticas públicas de igualdade, também criando um organismo governamental centralizado com a função de coordenar as políticas dos diferentes ministérios e demais órgãos federais, de garantir a transversalidade e a participação e controle social por parte da sociedade civil, além do buscar pactuar ações conjuntas com governos estaduais e locais.

As políticas públicas para agricultoras são respostas às lutas travadas pelos movimentos de mulheres e também dos movimentos sociais do campo. Foram alcançadas muitos avanços no Brasil nos últimos anos, mas ainda é um grande desafio traçar o caminho para que o benefício chegue ao público alvo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no território da Zona da Mata Sul que se localiza na porção leste do estado da Paraíba, predominantemente na porção sul da Mesorregião da Mata Paraibana. Seus principais centros urbanos são João Pessoa, capital do estado, Bayeux e Conde, mas é composto ao todo por 13 municípios (Figura 1)

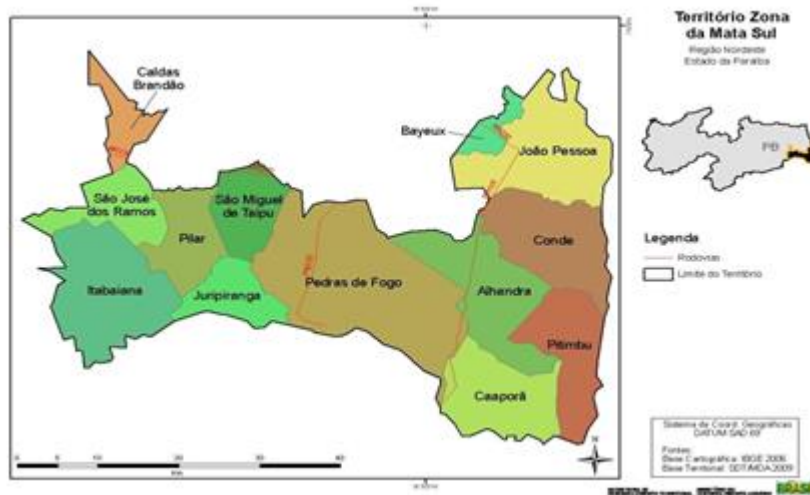


Figura- 1 Mapa do Território da Zona da Mata Sul. Fonte: SGE

A metodologia adotada foi a Pesquisa Participante que de acordo com Brandão e Borges (2007) possui abordagens que desejam a participar de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular. Se dará através de entrevistas e depoimentos e da participação em atividades como palestras e reuniões que possibilitaram a sistematização de informações colhidos em campo.

Esse método foi escolhido, pois possibilita que a comunidade pesquisada participe efetivamente da análise de sua realidade. Valendo-se também de que a política territorial é uma estratégia onde os próprios participantes do processo são os protagonistas, pois as políticas públicas alcançadas são trazidas pelo próprio público alvo.

Segundo Grossi (1981), a pesquisa participante é um modelo de pesquisa no qual um grupo, etnia ou comunidade participa na análise de sua própria realidade, com o intuito de promover uma modificação social em benefício dos participantes que são desfavorecidos socialmente. Portanto, é um tipo de pesquisa educacional voltada para a ação.

Como parte da metodologia foram identificadas e visitadas associações de mulheres voltadas para a Agricultura Familiar, e através das entrevistas e oficinas foram levantadas as características e peculiaridades de cada grupo de mulheres, diagnosticando a atual situação de acesso às políticas públicas e trabalhados os processos de formação e geração de renda para as

*Trabalho orientado pela Professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

mulheres do território. Da mesma forma no contato procuramos identificar se as mulheres atuam de fato na liderança em suas comunidades, ou se são apenas componentes dos grupos.

Foi feita uma pesquisa nos órgãos públicos, tais como secretarias municipais da mulher, conselho de Direito da Mulher, delegacias da mulher e Organizações Não Governamentais (ONG's) com objetivo de se descobrir quais as políticas públicas para as mulheres estavam disponíveis no TCZMS.

Posteriormente foi feito um mapeamento dos grupos de mulheres existentes no território.

Resultados e discussão

O TCZMS apresenta 17 grupos de mulheres que desenvolvem atividades produtivas no território (Quadro 1), identificados no âmbito da pesquisa realizada.

Quadro 1 - Grupo de mulheres identificado (GMI), comunidade de origem (CO), município (MUN), atividade desenvolvida (AD) e número de participantes dos coletivos (NPC).

GMI	CO	MUN	AD	NPC
Associação das Artesãs de Artes e Cultura de Alhandra-PB	Urbana	Alhandra	Artesanato em barro e trabalhos manuais	25
Musas de Subauma	Assentamento Subauma	Alhandra	Gastronomia	8
Associação das Marisqueiras de Acaú	Acaú	Pitimbu	Pesca extrativista de mariscos, artesanato, dança e gastronomia.	164
Associação das Mulheres de Nova Vida	Assentamento Nova Vida	Pitimbu	Produção agrícola	30
Grupo de mulheres de Marinas	Assentamento Marinas	Pitimbu	Produção de Ervas medicinais	20
Mulheres mil	Camucim Taquara Alto da Bela Vista	Pitimbu	Artesanato horticultura Fabricação de licor	8
Associação Mulheres de Una de São José	Una de São José	Pedras de Fogo	Produção agrícola e gastronomia.	40
Associação de Mulheres de Cabanas	Cabanas	Pedras de Fogo	Produção agrícola	35
Grupo de Mulheres Ponto e Arte	Jacaré	Pilar	Artesanato e trabalhos manuais	10

*Trabalho orientado pela Professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Grupo de agricultoras de Bayeux	Aeroporto	Bayeux	Produção agrícola	10
Grupo de Mulheres Quilombolas de Mituaçu	Mituaçu	Conde	Gastronomia	10
Mãos de Barros	Comunidade Quilombola de Ipiranga	Conde	Gastronomia	
Articulação de Mulheres Tabajaras	Barra de Gramame e Mata de Chica	João Pessoa e Conde	Artesanato indígena e gastronomia	25
Sereias da Penha	Penha	João Pessoa	Artesanato à base de escamas de peixe.	19
Grupo de Mulheres Marisqueiras de Mandacaru	Mandacaru	João Pessoa	Pesca extrativista de marisco	10
Oju Omi	Gramame	João Pessoa	Gastronomia	09
Associação Comunitária Rural de Cupissura	Cupissura	Caaporã	Gastronomia (panificação)	07

Fonte: Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial da Zona da Mata Sul.

Esses dados retratam avanços no que concerne ao processo de organização social e produtiva das mulheres do campo, entretanto ainda se mostra que a demanda por organização e formalização das atividades produtivas desenvolvidas no território carece de novas estratégias políticas e de formação capazes de fortalecê-las. Mas vale ressaltar que a formação e organização desses grupos já evidencia um processo social de promoção da autonomia da mulher e esse processo é resultante também da possibilidade de acesso às políticas públicas pensadas e direcionadas para atender às agricultoras familiares organizadas através de

associações e cooperativas. Políticas como essa são fruto de discussões e construções populares em conjunto com instâncias governamentais que viabilizaram a sua promoção.

Quanto à participação nas instâncias e espaços de discussão foi verificado que as mulheres têm participado ativamente das discussões dentro do colegiado territorial e além disso o Comitê Setorial de Mulheres está realizando reuniões bimestrais onde as representações de mulheres do território pautam e discutem suas necessidades e pensam coletivamente em estratégias para minimizá-las. O comitê atualmente é composto por representantes de grupos, associações e cooperativas de 8 municípios do território: João pessoa, Pilar, Caaporã, Alhandra, Pitimbu, Conde, Pedras de fogo e Bayeux. As reuniões do Comitê Setorial de Mulheres da Zona da Mata Sul estão sendo realizadas em municípios diversos, sempre procurando incentivar a participação de mulheres do município anfitrião e pautar temas que contribuam para a promoção dos direitos humanos, da economia solidária e da Agroecologia (Figura 2).



Figura 2 - (A) Reunião do Comitê Setorial de Mulheres do TCZMS realizado na Aldeia Tabajara em Barra de Gramame - Conde - PB; (B) Reunião do Comitê Setorial de Mulheres do TCZMS realizado no Quilombo de Ipiranga - Conde - PB.

Nestas reuniões foram elencadas as política públicas para mulheres do município, também são realizadas palestras sobre a questão de gênero, esclarecimentos sobre violência doméstica e divulgação de Lei Maria da Penha. Além das formações políticas se utilizou do espaço das reuniões do comitê para se realizar processos de formação produtiva objetivando a geração de renda e a promoção da autonomia financeira (Figura 3).



Figura 3 - Vista das mudas de alface (*Lactuca sativa*) que foram utilizadas para o plantio da horta no Quilombo de Ipiranga - Conde - PB.

As oficinas produtivas ocorreram mediante demanda expressa por representantes do comitê e mediante os relatos das participantes essa ação tem refletido muito positivamente no processo de incentivo à produção holerícola nas comunidades.

Na coordenação territorial do TCZMS participam 11 mulheres em um total de 26 componentes distribuídas em entidades do poder público e da sociedade civil. Em todas as instâncias há participação da mulher, mas essa não é paritária. Nas associações e nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, a participação das mulheres é em média e de 30%, mas temos um destaque no TCZMS para o fato de que em dois conselhos a coordenação é ocupada por mulheres e mulheres participantes ativas das discussões territoriais, é esse o caso dos conselhos de Pilar e Pitimbu.

Os municípios onde são encontrados os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher-CMDM são: João Pessoa e Bayeux, os demais não contam com esse tipo de espaço de participação. Os municípios de Alhandra e Pedras de Fogo estão em fase de mobilização e formação dos grupos de discussão para a formação do CMDM. No município de Pitimbu já foi criada uma comissão para a formação do CMDM com representantes de mulheres da zona rural e urbana e entidades da sociedade civil e poder público local. Outro dado coletado foi que em Pedras de Fogo foi criado o Fórum de Políticas para Mulheres.

Em relação ao acesso de políticas públicas de mercados institucionais destaca-se o acesso das mulheres de assentamento Nova Vida ao PAA (Programa de Aquisição de Alimento) executado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), essa associação é fornecedora

de produtos agrícolas e através da modalidade de compra simultânea tem conseguido comercializar sua produção e com isso tem adquirido mais qualidade de vida. No mesmo município a AMA (Associação das Marisqueiras de Acaú) está cotada para ser beneficiada pelo PAA executado pelo estado da Paraíba, beneficiária como entidade recebedora dos alimentos doados através do programa.

Outra benefício conquistado através das políticas públicas foi acesso das agricultoras da associação de Mucatu e associação de Nova Vida, ambas do município de Pitimbu ao Programa Mais Alimentos Produção Primária que é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Viabilizando a aquisição de veículos para facilitar o escoamento da produção familiar.

Outro relato de acesso à crédito foi o das Agricultoras de Ponta de Gramame no município de João Pessoa, que acessam a linha de crédito do Pronaf B, através do Banco do Nordeste, afim de implementar melhorias nos processos produtivos. Esta mesma comunidade mulheres acessaram a linha de crédito Mulher cidadã da Prefeitura de João Pessoa.

A política de infraestrutura do governo federal voltada para atender a Agricultura Familiar , que são os Projetos de Infraestrutura e Serviços Territoriais (PROINF) ofertou um edital no primeiro semestre de 2016 voltado exclusivamente para grupos produtivos de mulheres e no TCZMS foi encaminhado uma proposta que visa atender diretamente 89 mulheres de 10 grupos produtivos e fortalecer a autonomia produtiva de grupos organizados de mulheres através da estruturação de quatro cozinhas produtivas e uma cozinha educativa na Central de Comercialização da Agricultura Familiar. A proposta foi aprovada e aguarda assinatura de contrato.

Considerações finais

Diante das informações levantadas e das ações realizada pode-se concluir que as mulheres do TCZMS se encontram organizadas em associações, cooperativas comitês e conselhos municipais e grupos informais de produção. Mediante as discussões ocorridas nas instâncias colegiadas do TCZMS, como Coordenação e comitês se diagnosticou a demanda por ações formativas e informativas quanto aos direitos das mulheres e com isso têm sido realizadas ações em função de informar as mulheres quanto aos seus direitos, às políticas públicas

específicas para mulheres e ainda atividades voltadas à inclusão produtiva dos grupos produtivos de mulheres do TCZMS.

Pode-se dizer que existem políticas públicas sendo acessadas pelas mulheres do TCZMS como: políticas de mercado, políticas de acesso ao crédito e políticas de infraestrutura, porém a um nível muito aquém do que se almeja e é necessário. Uma vez que se observou que o acesso acaba se concentrando em sua maioria nos municípios como Pitimbu e João Pessoa, evidenciando a necessidade de se trabalhar mais efetivamente o acesso dessas e outras políticas nos demais 11 municípios do TCZMS.

Referências

ALVES, B. M. e PITANGUY, J. **O que é feminismo. Coleção Primeiros Passos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras. **Políticas públicas para mulheres no Brasil: Balanço nacional cinco anos de Beijing – Brasília: AMB, 2000.**

BRANDÃO, C. R. e BORGES, M. C. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Cartão de divulgação da agenda do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares. 2007

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: V. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUTTO, A *et. al.* **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Org. Andrea Butto, Isolda Dantas. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p. ISBN: 978-85-60548-76- Copyright 2013. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres**

COSTA, A. A. A. E SARDENBERG, C. M. B. **O ônus da invisibilidade: o trabalho da mulher na agricultura familiar.** In: *Feminismo, Ciência e Tecnologia.* Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

DANNA, M. F. e MATOS, M. A. 2006. **Aprendendo a observar.** São Paulo: Edicon

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org). **Gênero e desigualdade.** São Paulo: SOF,1997.

FISCHER, I. R. e MELO, L. A. **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola.** Ed. Massangana, 1996.

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

LOPES, B., AMARAL, J. N., CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

SILVA, C. A.; CASTRO, C. H. O.; BATISTA, N. M. S. Q.; SILVA, A. J. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**, Território da Zona Da Mata Sul – PB. 2010